

Transferências Constitucionais para o Nordeste em 2020

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os mencionados Fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os Estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda *per capita* dos entes federativos. Os recursos variam diretamente em relação ao tamanho da população e inversamente em comparação com a renda *per capita*. Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial desses repasses constitucionais para arcar com suas respectivas despesas correntes, bem como realizar investimentos.

O FPE no Brasil totalizou R\$ 22,4 bilhões no primeiro trimestre de 2020, ante R\$ 21,9 bilhões em 2019, conforme a Tabela 1. Descontada a inflação do período, verificou-se queda de -1,24% nessas transferências. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

O FPE para os Estados do Nordeste alcançou R\$ 11,7 bilhões no primeiro trimestre de 2020, ante R\$ 11,4 bilhões no primeiro trimestre de 2019, representando, contudo, perda real de 1,0% no período em análise. As Unidades Federativas da Região receberam 52,3% do total do FPE no primeiro trimestre de 2020.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste tiveram perdas reais no volume de recursos do FPE no primeiro trimestre de 2020, em comparação com igual período de 2019. Bahia (R\$ 2,1 bilhões), Ceará (R\$ 1,6 bilhão), Maranhão (R\$ 1,6 bilhão) e Pernambuco (R\$ 1,5 bilhão) obtiveram 58,7% dos valores destinados ao Nordeste. Seguiram Paraíba (R\$ 1,1 bilhão), Piauí (R\$ 971 milhões), Alagoas (R\$ 945 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 936 milhões) e Sergipe (927milhões), com 41,3% do total.

O FPM no País somou R\$ 23,5 bilhões no primeiro trimestre de 2020, em comparação com R\$ 22,9 bilhões em 2019 (Tabela 1). Verificou-se queda de 1,24% em termos reais. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 8,3 bilhões no primeiro trimestre de 2020, em contraste com R\$ 8,1 bilhões em iguais meses de 2019, implicando perda real de 1,42% (Tabela 1).

O Nordeste recebeu 35,2% do total dos recursos do FPM em 2020. Todas as Unidades Federativas da Região registraram perda real no volume de recursos do FPM no primeiro trimestre de 2020, em comparação com igual período de 2019.

Bahia (R\$ 2,2 bilhões), Ceará (R\$ 1,2 bilhão), Pernambuco (R\$ 1,1 bilhão) e Maranhão (R\$ 978 milhões) foram beneficiados com 65,8% do total de recursos destinados à Região. Seguiram Paraíba (R\$ 738 milhões), Piauí (R\$ 625 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 582 milhões), Alagoas (R\$ 537 milhões) e Sergipe (R\$ 351 milhões), com 34,2% do total do FPM destinado ao Nordeste.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 2.349 milhões no primeiro trimestre de 2020, perda de -1,24% em termos reais, em relação ao primeiro trimestre de 2019 (R\$ 2.291 milhões). O FPM para as capitais do Nordeste alcançou 1.077 milhões, com perda real de -1,94%, comparado com 2019 (R\$ 1.058 milhões).

As capitais do Nordeste foram beneficiadas com 45,9% do total de recursos alocados pelo FPM Capitais, em 2020. Fortaleza (R\$ 202 milhões), Salvador (R\$ 182 milhões), Recife (R\$ 113 milhões), São Luís (R\$ 126 milhões) e Teresina (R\$ 126 milhões) obtiveram 69,6% do total do FPM Capitais destinado ao Nordeste. Seguiram Maceió (R\$ 101 milhões), João Pessoa (R\$ 81 milhões), Natal (R\$ 73 milhões) e Aracaju (R\$ 73 milhões), com 30,4% dos recursos desse Fundo ao Nordeste em 2019.

Considerando a crise sanitária, a arrecadação federal deverá declinar no corrente ano. Conforme projeções da LCA Consultoria/ETENE, a coleta de imposto de renda tenderá cair entre 2,2% (cenário base) a 6,5% (cenário adverso). Quanto ao IPI, as projeções são de recuo entre 8,1% (cenário base) a 10,9% (cenário adverso), conforme especificado nas Tabelas 2 e 3. Dessa forma, os repasses do FPE e FPM deverão declinar em 2020.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste / ETENE.

Tabela 1 - FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados em 2019 e 2020 - Primeiro trimestre - R\$ Milhões

Estado/Região/País	FPE		FPM		FPM CAPITAIS	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Alagoas	925	945	520	534	98	101
Bahia	2.037	2.097	2.103	2.157	176	182
Ceará	1.588	1.633	1.138	1.168	196	202
Maranhão	1.570	1.616	962	987	122	126
Paraíba	1.035	1.069	719	738	78	81
Pernambuco	1.501	1.544	1.126	1.135	123	113
Piauí	948	971	608	625	122	126
Rio Grande do Norte	915	936	567	582	71	73
Sergipe	904	927	342	351	71	73
Nordeste	11.423	11.738	8.085	8.275	1.058	1.077
Espírito Santo	344	351	421	432	47	48
Minas Gerais	983	1.008	3.007	3.083	118	121
Brasil	21.889	22.445	22.907	23.489	2.291	2.349

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

Tabela 2 - Cenário Base: Arrecadação de IPI e Imposto de Renda - Valores em R\$ milhões

Imposto	2019	2020 ⁽¹⁾	Variação %
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	56.783,8	52.162,2	-8,1
Imposto de Renda (IR)	433.798,0	424.254,1	-2,2
Total	490.581,8	476.416,3	-2,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Nota (1): Projeções.

Tabela 3 - Cenário Adverso: Arrecadação de IPI e Imposto de Renda - Valores em R\$ milhões

Imposto	2019	2020 ⁽¹⁾	Variação %
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	56.783,8	50.579,2	-10,9
Imposto de Renda (IR)	433.798,0	405.384,4	-6,5
Total	490.581,8	455.963,6	-7,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da LCA Consultoria. Nota (1): Projeções.

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior.

Equipe Técnica: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wendell Márcio Araújo Carneiro. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: João Marcos Rodrigues da Silva. Jovem Aprendiz: Rafael Henrique Silva Santos.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Deste modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.